

# AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC  
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Ministério Público Estadual terá estágio em pós-graduação

Preferência para idosos e deficientes em processos administrativos

Comprovante bancário deverá ter qualidade

Página 7

## Aprovado Plano de Carreira da Segurança Pública

Cerca de 2 mil servidores dos sistemas prisional e socioeducativo da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania serão beneficiados pelo projeto de lei complementar



Eduardo Guedes de Oliveira

Carlos Kilian

Nas galerias, representantes da segurança pública acompanham discussão e votação da matéria

Página 7

## Comenda homenageia 46 personalidades

Eduardo Guedes de Oliveira



Autoridades, familiares e amigos acompanham solenidade

Em sessão solene no dia 16, o Parlamento entregou pelo segundo ano consecutivo a Comenda do Legislativo Catarinense. Pessoas físicas, jurídicas e entidades que realizaram ou realizam ações relevantes em Santa Catarina foram homenageadas. A solenidade foi prestigiada por autoridades políticas e religiosas, familiares e amigos que lotaram as galerias do Plenário Deputado Osni Régis.

Páginas 4 e 5

## José Alencar recebe Título de Cidadão Catarinense

Eduardo Guedes de Oliveira



Autoridades cumprimentam vice-presidente da República

Página 3

Audiência pública aponta caminho para viabilizar construção de viaduto em Paulo Lopes

Página 6

# INSTITUCIONAL

## OPINIÃO

### Lei combate sonegação dos combustíveis

A sanção da lei 14.954/09, que trata sobre a fiscalização e a coibição da comercialização irregular de combustíveis, representa um grande avanço para a economia de Santa Catarina.

AMP 158, convertida em lei pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, traz medidas extremamente necessárias para acabar com a sonegação e a adulteração no setor de combustíveis. Entre elas, celebração de convênio entre Secretaria de Estado da Fazenda com a Agência Nacional de Petróleo - ANP; aplicação de multas; apreensão do combustível adulterado; interdição, parcial ou temporária, do estabelecimento; cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, definindo o prazo de cinco anos para voltar a exercer a mesma atividade; proibição de instalação de novas bombas de abastecimento mecânicas e elaboração de cronograma de desativação das bombas mecânicas existentes.

Diversos estados brasileiros já estão combatendo duramente a evasão fiscal com medidas semelhantes as que o governo catarinense está adotando. O estado de São Paulo, por exemplo, deixava de recolher R\$ 1 bilhão por ano por causa da sonegação de impostos e reverteu a situação com lei semelhante a catarinense.

Outros estados, como Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, já têm convênios firmados a ANP, com a finalidade de reforçar a fiscalização no transporte, distribuição, revenda, comercialização e controle da qualidade dos combustíveis.

Os cofres de Santa Catarina têm sido desfalcados em milhões por conta da sonegação fiscal. A queda de arrecadação prejudica o desenvolvimento do nosso estado, pois são valores que deixam de ser investidos em educação, saúde, transporte, na qualidade de vida dos catarinenses. Só no ano passado, 20% do ICMS arrecadado em Santa Catarina veio dos combustíveis, mas esta participação poderia chegar a 26% se não fosse a sonegação.

Santa Catarina está contando com uma importante parceria com o setor privado, incluindo distribuidores, revendedores e sindicatos de combustíveis, e endurecendo contra adulteradores e sonegadores.

Com as medidas implementadas por meio da Lei 14.954 o governo catarinense está garantindo aos empresários de nosso Estado o direito de serem honestos. recebidas ao Congresso nacional.

**Deputada Ada Faraco De Luca (PMDB)**

### Alunos de São Domingos participam do Programa Vereadores Mirins

Nove alunos de escolas de São Domingos, Oeste catarinense, participaram, dia 18, do Programa de Vereadores Mirins, organizado pela Escola do Legislativo. Em sua cidade eles já começam a trabalhar ações de cidadania. Um exemplo é Wilian José Aiolfi, da Escola de Educação Básica Roberto Moreira, que em seu segundo mandato encaminhou propostas para a construção de uma biblioteca municipal, um local para guardar material de aula na escola e uma quadra esportiva.

O objetivo da Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PP), com esse programa é aprimorar as noções de cidadania e aproximar a sociedade em geral do Parlamento catarinense, abordando temas pertinentes à formação política.

O chefe de gabinete da Presidência da Assembleia, Paulo Cezar Schlichting da Silva, que já foi prefeito de Agrolândia, no Alto Vale do Itajaí, conversou com os alunos sobre esta condição especial, pois desde os bancos escolares se tem contato com a política. "Falo de política feita com seriedade. Que acaba estimulando vocês a tomarem gosto pelas ações de interesse coletivo e no futuro virem a ser

nossas lideranças", comentou.

Paulo disse ainda que "somos 24 horas gerenciadores de ações políticas" e que por isso é importante que cada vez mais se participe do processo político como forma de melhorar a qualidade de vida. Ele explicou que o meio que temos para isso é o voto, que nos iguala. "O voto do presidente da República e o de vocês são iguais na hora de escolher quem nos representará", disse. Ele ressaltou a importância da participação na vida da cidade e de sermos agentes multiplicadores de boas ações.

Representando o Ministério Público, Priscila Linhares Albino conversou com os alunos sobre bullying: "Isso não é brincadeira", disse mostrando a gravidade do assunto. O termo se aplica à repetição de atitudes agressivas e intencionais adotadas na escola por um aluno ou grupo contra um ou mais colegas, causando angústia e sofrimento. É uma violência que cada vez mais vem aumentando na vida escolar. Em março do próximo ano, o Ministério Público irá lançar uma campanha nas escolas catarinenses sobre o tema.



Estudantes participam da iniciativa da Escola do Legislativo

## [ AGENDA ]

• **Dia 23, 8h:** Seminário "O Pré-sal em Santa Catarina" - Realização RIC Record

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 23, 8h:** Comissão de Educação - Seminário "Ensino a distância"

**Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright**

• **Dia 23, 19h:** Sessão especial em homenagem aos 30 anos da Cidasc

**Local: Plenário**

• **Dia 24, 9h:** Comissão de Segurança Pública - Audiência pública para discutir o aperfeiçoamento do Decreto nº 894/1972, que trata da liberação de alvarás

**Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright**

• **Dia 24, 9h:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Discussão e análise da efetividade da Lei Maria da Penha em Santa Catarina

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 24, 19h:** Sessão especial em homenagem ao professor Alcides Abreu e lançamento do livro "Alcides Abreu: o construtor do futuro", de autoria do desembargador Volnei Carlin e do jornalista Moacir Pereira

**Local: Plenário**

• **Dia 25, 14h:** Escola do Legislativo - 9ª edição do Programa Parlamento Jovem

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 25, 19h:** Sessão especial em homenagem às centrais sindicais pelo envolvimento na luta pela aprovação do Salário

Mínimo Regional

**Local: Plenário**

• **Dia 26, 8h:** III Seminário sobre a Construção da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador em Santa Catarina

**Local: Auditório Antonieta de Barros**

• **Dia 27, 9h:** Comissões de Economia e de Finanças - Audiência pública sobre a situação dos agricultores, em especial os avicultores, fornecedores de matérias-primas às empresas agroindustriais

**Local: Auditório da UnoChapecó - Chapecó**

• **Dia 27, 14h:** Sessão especial em comemoração ao Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC) em Santa Catarina

**Local: Plenário**

#### Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**1º Vice-Presidente:** Gelson Merísio (DEM)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

#### Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

#### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Título de Cidadão Catarinense é concedido ao vice-presidente da República

Parlamento presta homenagem a José Alencar Gomes da Silva na Câmara de Vereadores de Joinville

**Tatiani Magalhães**

Aos 77 anos, o vice-presidente da República, José Alencar Gomes da Silva (PRB), recebeu, no dia 17, o título de Cidadão Catarinense em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina na Câmara de Vereadores do município de Joinville. O evento contou com a presença de diversas autoridades, entre deputados estaduais, federais e senadores. O presidente do Poder Legislativo estadual, deputado Jorginho Mello (PSDB), resumiu o significado da homenagem: "Este é um momento único, onde temos a honra de homenagear um homem público de grande valor que orgulha a todos os brasileiros", ressaltou.

Aprovada pelos 40 parlamentares, a solenidade convocada pela Mesa foi proposta pela deputada Professora Odete de Jesus (PRB), autora da Lei nº 14.621/09, que concede a outorga. Amigos de muitos anos, Odete fez questão de mencionar que o título atribuído ao vice-presidente é um merecido reconhecimento ao homem públi-



Proposta pela deputada Odete de Jesus, solenidade marca reconhecimento ao homem público

co, cidadão e empresário. "Com investimentos em Santa Catarina, Alencar já faz parte da família catarinense, e muito nos orgulha com o seu trabalho. Mesmo com problemas de saúde sempre se manteve firme, trabalhando pelos brasileiros", ressaltou.

Em que pese a aparência física frágil, Alencar surpreendeu o pú-

blico presente em seu discurso, feito com voz firme e emocionada, ao revelar que mesmo tendo uma grande ligação com o estado não esperava uma homenagem dessa magnitude. Em seu pronunciamento, revelou que mesmo tendo nascido em Minas Gerais, se sente catarinense de coração. "Santa Catarina tem algo especial que traz

orgulho para o nosso país. Além de um povo acolhedor e trabalhador, este é um estado de grandes riquezas, entre estas, o pólo das indústrias têxteis", destacou.

Simpático e bem humorado, Alencar interagiu com as autoridades e demais pessoas presentes, relembrando sua trajetória de vida, as dificuldades, desafios

e vitórias. "Durante todos esses anos de trabalho busquei fazer o que meu pai me ensinou: agir corretamente, com honestidade, para que em qualquer lugar que vá possa voltar e ser bem recebido. É assim que me sinto ao poder voltar hoje a Santa Catarina", comentou.

## Placa

Após os pronunciamentos, Alencar recebeu do presidente Jorginho Mello e da primeira dama dona de Santa Catarina, Ivete Appel da Silveira, que representou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o título de Cidadão Catarinense. Na sequência, a deputada Odete e os demais deputados estaduais entregaram uma placa em nome do Poder Legislativo enaltecendo sua carreira como homem público pelo exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que ocupou os mais altos cargos públicos e pelo seu empenho na defesa dos cidadãos catarinenses.

## João Matos é destaque por Lei Nacional de Adoção

O deputado federal João Matos (PMDB/SC) foi homenageado, dia 12, em sessão especial realizada no Plenário da Assembleia Legislativa. Proposto pelos deputados Rogério Peninha Mendonça (PMDB) e Dado Cherem (PSDB), o encontro comemorou a sanção em agosto, por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), da Lei Nacional de Adoção, uma luta pessoal do congressista.

A lei, denominada Cléber Matos, nome do filho adotivo do deputado, que morreu aos 15 anos vítima de um tumor no cérebro, é resultado de seis anos de trabalho do parlamentar, com a colaboração de diversas entidades do país. O texto é centrado na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Proponente da sessão, o deputado Peninha agradeceu o amigo e professor de caminhada política num dia que classificou de noite de reconhecimento e gratidão. "O Parlamento reconhece o esforço ilimitado e contínuo

deste homem que lutou por uma lei de adoção justa, um modelo de legislação. A desburocratização do processo é fator fundamental para oportunizar crianças e famílias na construção de um lar", afirmou o parlamentar.

Na mesma direção, o deputado licenciado e secretário estadual da Saúde, Dado Cherem, enfatizou "a lei emblemática, capaz de transformar as famílias pela alegria de uma criança". O secretário, que é pai adotivo, declarou-se também um pai legítimo, mesmo não biológico. "Esta iniciativa do deputado João Matos nos dá legitimidade perante a sociedade e a lei, que além de oferecer a oportunidade, também prepara os lares para receberem as crianças", destacou.

Entre as homenagens foi apresentado um vídeo, em que o presidente Lula faz menção especial à luta de Matos. Nele é apreciada a trajetória por uma lei de adoção mais justa e a importância das mudanças por ela conquistadas. O deputado também recebeu uma placa onde o Legislativo catarinense explicita sua homenagem.



Deputado João Matos recebe placa do Legislativo das mãos de Peninha

Em seu discurso de agradecimento, o parlamentar enfatizou que fez o que deveria fazer, pois os homens públicos são eleitos para prestar serviços.

"Ao longo de toda minha trajetória minha missão foi servir. Esta tem sido uma proposta de vida. Tenho procurado ser fiel a esta postura e foi com esta disposição que me dediquei à causa, evidentemente inspirado por

uma experiência pessoal. A perda de um filho é inexplicável, mas com o tempo fiz dela força para uma luta, uma luta por milhares de crianças e adolescentes que querem o direito de ter alguém para chamar de pai", concluiu o homenageado.

## Ruas

No Brasil, segundo o IBGE,

há 200 mil crianças sem família, vivendo nas ruas ou em órgãos de internação. Por isso, a aprovação da Lei Cléber Matos é um passo decisivo para assegurar a adoção responsável. Além de facilitar o processo, a iniciativa do deputado João Matos institui importantes inovações, entre elas a que estipula que as crianças e adolescentes não devem ficar mais do que dois anos nos abrigos de proteção, salvo alguma recomendação expressa da Justiça. Também os abrigos devem mandar relatórios semestrais para a autoridade judicial informando as condições de adoção ou de retorno à família dos menores sob sua tutela.

O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), encerrou a sessão enaltecendo o espírito social do homenageado e agradecendo os políticos presentes, entre eles diversos secretários de desenvolvimento regional, prefeitos, os ex-governadores Paulo Afonso Vieira (PMDB) e Casildo Maldaner (PMDB) e os deputados Jailson Lima (PT), José Natal Pereira (PSDB), Aderbal Deba Cabral (PMDB) e Professor Sérgio Grando (PPS).



## GERAL

# Paulo Lopes quer elevado na BR-101

Audiência culmina com a criação de grupo de trabalho em busca de emenda orçamentária para viabilizar obra

**Graziela May Pereira**

Realizada pela Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), audiência pública, dia 16, no Ginásio de Esportes Osni dos Santos, em Paulo Lopes, apontou mecanismos para viabilizar a construção de um elevado da BR-101, ligando o município às praias. Foi criada uma comissão de representantes dos legislativos municipal e estadual para solicitar, na bancada federal, emenda que inclua, este ano, a obra no Orçamento Federal.

O requerente da reunião, deputado Manoel Mota (PMDB), defendeu a necessidade de um elevado no local. "Sabemos que é impossível ficar sem esta obra, já estava mapeado naquele local desde a criação do projeto. Ai vieram com uma conversa de que o solo não segura um elevado. É absurdo", disse. Mota ainda falou que pretende fazer todo o possível para ajudar aquela comunidade. "Se preciso for, vamos pegar mais pesado. Temos que dar uma resposta para a popu-

lação", completou.

Caramori lamentou que para 2010 nada pode ser feito, pois o projeto da duplicação não incluía o elevado. "É uma obra de R\$ 22 milhões que não estava prevista no projeto. Sabemos que apenas uma emenda da bancada federal poderá incluir a obra. Estamos aqui para resolver uma negligência nossa. Esse problema já deveria ter sido resolvido", admitiu.

O presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, José Antônio Rogério, explicou a solicitação da comunidade. Segundo ele, aquele trecho foi beneficiado com apenas a construção de uma passarela para pedestres. "Esse elevado vai melhorar consideravelmente o desenvolvimento da cidade e sem contar que o viaduto que estão construindo ficou cerca de 1,5 metro abaixo do nível da BR-101. Quando chove, fica alagado. Ou seja, ficamos ilhados."

De acordo com o prefeito da cidade, Evandro João dos Santos (PMDB), a obra precisa ser incluída no Orçamento. "Não precisa ser



Reunião promovida pela Comissão de Transportes reafirma importância do elevado para a comunidade local

esse ano. Só queremos a certeza de que ela vai estar lá. Precisamos disso para nosso desenvolvimento. Já temos 60% das obras de duplicação de BR-101 prontas. Esse elevado seria o nosso maior avanço."

O representante do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), Nevio Antônio Carvalho, afirmou que em 2001, quando foi

feito o projeto de duplicação, havia sido previsto um elevado na área solicitada pela comunidade, mas foi constatado que o solo era arenoso demais e que não resistiria a uma obra desse porte. "Aquele local não era adequado. Então, depois de alguns estudos, ficou decidido que o elevado seria construído 700 metros adiante."

Sobre a obra requerida, Nevio demonstrou sua opinião. "Não sou contra a construção desse elevado, mas, como ele não fazia parte do projeto, é impossível fazer essa obra. O que temos é que tentar incluí-la como emenda. Se caminharmos todos na mesma direção, talvez seja possível", declarou.

## Mudanças no beneficiamento da produção da mandioca

Representantes da Epagri, do Instituto Federal Catarinense/Campus Sombrio e da Associação dos Produtores de Mandioca se reuniram dia 18 com deputados da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), para falar sobre o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para o beneficiamento da mandioca. Eles apresentaram mudanças no TAC confeccionado pelo Ministério Público Estadual (MPE).

O assunto já havia sido debatido em abril. Segundo o deputado Dirceu Dresch (PT), que discute a questão no Legislativo, na época

o ponto principal da reunião foi o aceno do MPE no sentido de acatar a proposta da Epagri de destinação do resíduo industrial da mandioca para a concessão de licenças ambientais, permitindo, assim, o manejo sustentável do resíduo no próprio solo.

No documento, foram alterados pontos como os itens mais técnicos, que competem à Epagri, e os prazos. "Qualquer trabalho de pesquisa como esse precisa, pelo menos, de duas safras. Por isso tivemos que fazer essas modificações. É preciso dar tempo para completar os estudos", disse Enilto de Oliveira Neulbert, da Epagri.

Eduardo Guedes de Oliveira



Na Comissão de Agricultura são apresentadas mudanças no TAC

## Termo de cooperação para acessibilidade

Eduardo Guedes de Oliveira

A Assembleia Legislativa sedia até o dia 20 o V Seminário Nacional e o II Seminário Estadual de Acessibilidade, com o tema "O que temos feito na prática". O evento, que abriu no dia 18 no Auditório Deputada Antonieta de Barros, promove um debate amplo sobre as dificuldades e necessidades fundamentais para atender e assegurar a qualidade de vida dos cidadãos que precisam de atenção especial.

Com a presença maciça dos representantes de diversos órgãos envolvidos na parceria, entre eles, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), o Ministério Público (MP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), os conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (CREA) e universidades, a abertura do evento foi marcada pela assinatura de um termo de cooperação técnica entre as instituições com o objetivo de integrar a atuação das entidades firmando princípios de ações conjuntas. São várias as metas, com destaque para a melhoria da mobilidade urba-



auditório Antonieta de Barros sedia Seminário Nacional e Estadual

na, a revisão da legislação e a garantia de fiscalização na área de acessibilidade.

Representando o presidente Jorginho Mello (PSDB) o deputado José Natal (PSDB) ressaltou que o Parlamento tem orgulho de participar de ações como essa, que tem como foco viabilizar estratégias e implementar políticas públicas que possam fazer o discurso sair do papel e entrar em prática, motivando os portadores de necessidades especiais e atribuindo a eles a inclusão social. "O Parlamento é uma casa de leis, por isso precisamos usu-

fruir desse mecanismo para buscar mudanças efetivas que contribuam para melhorar a vida desses cidadãos", frisou.

Para o presidente do CREA/SC, Raul Zucatto, o primeiro passo para que ações voltadas para acessibilidade possam ter resultado é respeitar as limitações das pessoas especiais. Já o presidente do CREA do Mato Grosso do Sul, Jair de Carvalho e Castro, reforçou a iniciativa enfatizando que Santa Catarina é um estado que possui força de vontade própria para vencer as dificuldades, entre elas a da acessibilidade.

# APROVADOS

## Servidores da Segurança ganham Plano de Cargos e Salários

Eduardo Guedes de Oliveira

Rodrigo Viegas

A Assembleia Legislativa aprovou, dia 18, mais uma rodada de matérias. O principal destaque ficou por conta da proposta, encaminhada pelo governo, que institui Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores da Segurança Pública, ou seja, sistemas prisional e socioeducativo da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania. A proposta foi ratificada em redação final, por unanimidade dos presentes, e deve beneficiar, aproximadamente, 2 mil funcionários.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 56/09, que entrou na Casa no dia 5 de novembro, teve tramitação acelerada com apreciação dinâmica nas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e na de Segurança Pública. O PLC atende principais aspirações da categoria dos agentes prisionais.

Entre os principais pontos da proposta estão a valorização e qualificação do potencial profissional no exercício de suas atividades de segurança pública; incentivo ao progresso funcional, por meio de ações de incentivo à qualificação e aperfeiçoamento profissional na carreira; promover a valorização do sistema de mérito, com base na igualdade de oportunidades, no esforço pessoal e na contribuição para o alcance dos objetivos do Grupo Segurança Pública; transparência das práticas de remuneração, com valorização do vencimento nos diversos níveis e referências da estrutura da carreira; e promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

Relator do projeto na comissão

de mérito, a de Segurança Pública, o deputado Pedro Uczai (PT) destacou a complexidade da matéria que, segundo ele, requeria maior debate e mais aperfeiçoamento. "Mas a situação delicada da categoria e do sistema prisional leva o Parlamento a mostrar ao Executivo que está disposto a ações de valorização dos servidores públicos", afirmou.

Uczai, que também salientou a urgente necessidade de discussões em torno de novas políticas de segurança pública, disse que este é "ao menos" um primeiro passo. O parlamentar ainda elogiou a postura do presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Darci de Matos (DEM), "que conseguiu um diálogo ímpar com o governo, o que outras categorias ainda não conquistaram".

### Viaturas

Em nome do PSDB, o deputado Serafim Venzon enalteceu as iniciativas do governo na segurança pública. "O governo dobrou vagas nos presídios, aumentou as viaturas e agora apresenta proposta que garante a valorização a categoria", ponderou.

Líder do governo na Casa, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) se mostrou satisfeito com o diálogo conquistado entre governo e servidores, mas criticou que no dia da aprovação de projeto tão importante alguns agentes prisionais tenham decretado estado de greve. Na mesma direção, o deputado Professor Sérgio Grandi (PPS) exaltou a "sensibilidade do Executivo". Também elogiou o Legislativo e a categoria dos



Servidores ocupam galerias e comemoram aprovação de projeto de lei complementar

agentes prisionais pela união em torno desta conquista.

Relator do PLC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Cesar Souza Júnior (DEM) assumiu que a proposta não resolve tudo, mas é um grande avanço. O parlamentar ainda destacou as emendas acatadas na CCJ: a primeira da deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), estende aos monitores socioeducativos a possibilidade de portar arma (de acordo com regulamentação federal futura), assim como aos agentes prisionais. A outra emenda, do próprio deputado Marcos Vieira (PSDB), suprime artigo que previa mudança em gratificação e afeta outra categoria do funcionalismo estadual.

Representante da área de segurança pública no Parlamento, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) elogiou "um projeto que vem para regular e padronizar uma categoria que se faz fundamental".

## Mudanças nas rodovias

Os deputados aprovaram, em Redação Final, dia 18, o Projeto de Lei (PL) nº 404/09, de autoria do governo do Estado, que alterou a lei nº 13.516/05, que dispõe sobre a exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado.

A alteração trata do artigo 10º, que versa sobre quem fica excluído da aplicação desta lei. Após sanção governamental fica excluída a utilização de equipamentos e mobiliários para comercialização de produtos de agricultores familiares, populações indígenas ou artesãos que, para uso próprio, utilizem as faixas de domínio ou áreas adjacentes, sob regime de autorização ou permissão de uso, ou que, mesmo sem esses, comercializem produtos sazonais.

Entre as exceções também estão as cooperativas rurais e seus cooperados, sob regime e autorização ou permissão, ou concessão de uso, devidamente constituídas e registradas perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

O PL foi aprovado com uma emenda modificativa do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que acrescentou as cooperativas rurais com concessão de uso.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 38/09, do Ministério Público, que cria estágio de pós-graduação no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, denominado MP-Residência. Trata-se de um programa de estágio para integrar o profissional do Direito à rotina da instituição.

## Prioridade para idosos na via administrativa

O Projeto de Lei nº 322/09, do deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovado em 1º turno do dia 18, determina prioridade de tramitação, no âmbito da administração pública direta e indireta, aos processos e procedimentos administrativos que tenham como parte ou interveniente pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Também ganham prioridade os portadores de deficiência, física ou mental, além de portadores de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da

medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

A matéria estabelece, ainda, que, concedida a prioridade, ela não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do



Vieira: portadores de deficiência

cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável. Os processos deverão receber identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Marcos Vieira explica que o projeto de lei encontra amparo na Constituição do Estado e em leis federais, como o Estatuto do Idoso. "A demora na tramitação pode causar sérios prejuízos às pessoas beneficiadas por esta proposição, como, por exemplo, àquelas que aguardam o recebimento de valores, indenizações ou reparações, que muitas vezes só chegam a tempo de satisfazer os sucessores da verdadeira vítima, sucessores estes que, quando muito, somente indiretamente sofreram pelo ato ensejador da reparação. Os verdadeiros atingidos só veem reconhecidos seus direitos quando já não estão mais presentes."

## Preço por unidade de medida

Foi aprovado em primeiro turno, durante a sessão ordinária do dia 18, o PL nº 280/09, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que define que os supermercados, hipermercados e mercearias, onde o consumidor tenha acesso direto ao produto, sem intervenção do comerciante, ficam obrigados a expor o preço por unidade de medida.

Neste caso, considera-se preço por unidade de medida, reais por quilo, litro, metro ou outra unidade conforme o caso.

Também foi autorizado em primeiro turno o projeto de lei, de autoria do deputado Reno Carramori (PP), PL nº 212/09, que estipula que as agências bancárias estabelecidas no estado ficam obrigadas a alterar a qualidade do papel de impressão, emitidos em seus caixas eletrônicos, e fa-

zer conter as especificações do documento para serem utilizados como comprovantes de pagamentos de contas de consumo, impostos e outras comprovações necessárias ao consumidor.



Aguiar: quilo, litro e metro

## ESPECIAL

# Bullying: uma prática de exclusão social

Cerca de 350 milhões de crianças e adolescentes no mundo são vítimas de atitudes violentas de aluno ou grupo

Scheila Dzedzic

Educadores atentos e família participativa são formas de prevenir e tratar um problema que atinge anualmente, no mundo, cerca de 350 milhões de crianças e adolescentes: o bullying. Isso significa um milhão de vítimas dessa forma de violência por dia. No Brasil, não existem diagnósticos sobre o bullying, a repetição de atitudes agressivas e intencionais adotadas na escola por um aluno ou grupo contra um ou mais colegas, causando angústia e sofrimento.

O assunto foi debatido entre educadores no Seminário Regional Os desafios da Educação Brasileira, com o tema "Violência e drogas nas escolas", realizado pela Escola do Legislativo, em um primeiro período, no dia 16, no Auditório Deputada Antonieta de Barros. A palestrante foi Cléo Fante, doutoranda em Ciências da Educação e vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre o Bullying Escolar. O encontro teve como debatedor o presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP).

"É uma das formas de violência que mais cresce no mundo", afirma Cléo Fante, pedagoga pioneira no estudo do tema no país e autora de "Bullying Escolar". Segundo ela, o bullying pode acontecer em qualquer contexto social, como es-



Palestrante Cléo atenta para fala de Joares Ponticelli, autor da lei que institui programa de combate ao bullying

colas, universidades, famílias, entre vizinhos e em locais de trabalho. Mas é no contexto escolar que mais é identificado. "Existem relatos em escolas das redes pública e privada, rurais e urbanas, e até mesmo com crianças de três e quatro anos, ainda no ensino infantil", comenta.

## Atenção

Essa violência cada vez mais faz parte do cenário escolar e vem exigindo muita atenção dos educadores para que se evitem consequências desastrosas, uma vez que sua manifestação pode ser física ou psicológica. A pessoa ou o grupo que impõe o bullying ridiculariza, humilha e intimida suas vítimas.

Cléo Fante destacou entre os prejuízos mais comuns às vítimas da agressão a dificuldade no aprendizado, no desenvolvimento do processo de socialização e alteração na saúde mental. Os sintomas mais usuais são depressão, baixa autoestima, ansiedade e, por fim, abandono dos estudos.

O bullying é uma prática de exclusão social, segundo explicou a palestrante, cujos principais alvos costumam ser pessoas mais retraídas, inseguras. Essas características acabam fazendo com que elas não peçam ajuda e, em geral, se sintam desamparadas e encontrem dificuldades de aceitação. "São presas fáceis, submissas e vulneráveis aos valentões da escola", enumerou

Cléo Fante. Além dos traços psicológicos, as vítimas desse tipo de agressão apresentam particularidades, como problemas com obesidade, estatura, deficiência física. As agressões podem ainda abordar aspectos culturais, étnicos e religiosos, exemplifica.

Para enfrentar o bullying, são necessários conhecimento, capacitação profissional e discussão do tema junto à comunidade escolar. A maneira de intervir, defende a pesquisadora, é através da identificação de casos e suas causas; e encaminhamentos pedagógico e familiar a profissionais da psicologia ou pediatria, da assistência social, do conselho tutelar, entre outros.

## Prevenção e combate

O presidente da Escola do Legislativo, Joares Ponticelli, é autor de uma lei que em Santa Catarina autorizou o governo do Estado a instituir o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária nas escolas públicas e privadas. A proposta tem o objetivo de prevenir e combater a prática nas escolas; capacitar docentes e equipe pedagógica, incluir regras normativas contra a prática, esclarecer sobre aspectos éticos e legais e desenvolver campanhas educativas, entre outras ações.

Na avaliação de Ponticelli, o encontro foi muito positivo, até mesmo porque está se percebendo que a lei começa a produzir resultados como a identificação do problema, debates e ações proativas, oportunizando o combate efetivo a um problema real que atinge um universo muito grande de estudantes. Ele também informou que a partir de março de 2010 o Ministério Público estará coordenando uma campanha nas escolas com o intuito de esclarecer sobre o problema e coibir sua prática.

## Para socióloga, direção e professores podem mudar perfil escolar

Aproximadamente 200 educadores participaram do último encontro dos seminários regionais "Os desafios da educação brasileira". A palestra de encerramento abordou o tema "Violência e drogas na escola" e foi ministrada pela socióloga e coordenadora da pesquisa convivência escolar e violência nas escolas, da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), Miriam Abramovay.

Ela abordou os tipos de manifestação de violência nas escolas brasileiras e algumas alternativas para superá-la. "A violência pode assumir diversas formas, afetando a rotina da metodologia escolar. A violência que está presente nas escolas atinge o ensino e o sistema escolar em geral. Por isso se faz necessária extrema atenção das instituições no seu combate", comentou.

De acordo com Miriam, algumas experiências vivenciadas revelam que o posicionamento da

direção e dos professores pode mudar o perfil de uma escola considerada violenta. Medidas como o estreitamento da tolerância em relação às regras, a democratização do ambiente escolar, além da melhoria e conservação da estrutura física podem

ajudar nesse impasse. "O diálogo entre educadores, alunos e pais é uma das formas mais conscientes para prevenir o consumo de drogas e, conseqüentemente, a violência", frisou.

Ao reforçar seu posicionamento, a socióloga destacou a

importância da valorização dos alunos, sempre respeitando o diálogo entre todos os envolvidos no ambiente escolar. Estes fatores são peças importantes no processo de mudança de uma escola posicionada na condição de mais violenta para a de menos

violenta. "O trabalhar em equipe valoriza tanto o professor quanto o aluno, por isso mecanismos como esses devem ser adotados para que a autoestima deles prevaleça, e acompanhada dela a qualidade e o bom rendimento escolar", argumentou.

Atento, o deputado Pedro Uczai (PT), mestre em História do Brasil e presidente da Comissão de Educação da Casa, defendeu a importância de políticas públicas para a educação.

"Estamos vivenciando um processo negativo que atinge a qualidade da educação nas escolas, por isso temos que levar o debate a frente e buscar soluções para o problema antes que a violência cresça e faça tanto os alunos como educadores reféns do silêncio". Uczai ressaltou que para o professor oferecer um ensino de qualidade ele precisa ter qualidade de vida e ser respeitado em sua carga horária de trabalho.



Socióloga Miriam, que ministrou palestra de encerramento, ao lado do deputado Pedro Uczai